



ENTREVISTA — Tércio Lins e Silva

Advogado das liberdades

Ana Maria Campos

O criminalista Tércio Lins e Silva, 80 anos, está na atividade jurídica há mais de 60 anos. Começou antes mesmo de obter a carteira da OAB, o que ocorreu em 1969. O pai, advogado Raul Lins e Silva, defendia estudantes nos anos de chumbo e, temendo que o filho caísse na luta armada, levou Tércio

para auxiliá-lo no escritório. Assim, ele começou a trajetória, defendendo a sua geração a ter acesso à universidade. Desde então, atuou em várias causas — em nome do Estado Democrático de Direito e das garantias individuais.

Foi conselheiro da OAB do Rio de Janeiro e do Conselho Federal da Ordem por vários biênios. Ocupou o cargo de secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre 1987 e 1990, no

governo de Moreira Franco. Foi conselheiro do CNJ (2007/2010) e membro da Comissão de Juristas do Senado para a reforma da Lei de Execução Penal, em 2013. Também exerceu a Presidência do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), por dois mandatos, de 2014 a 2018. Hoje é procurador-geral do município de Niterói (RJ).

Em 1985, durante o governo Sarney, Tércio foi presidente do Conselho Federal

de Entorpecentes, no Ministério da Justiça. Anos antes, durante a ditadura, defendeu perseguidos políticos e outras vítimas do regime militar.

Um de seus casos de maior repercussão foi a defesa do playboy Doca Street que assassinou a companheira, a socialite Angela Diniz, com três tiros. A tese alegada foi a legítima defesa da honra, que hoje em dia é considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O senhor acredita que o sistema de justiça brasileiro vive hoje um processo de judicialização excessiva da política?

Não há nenhuma novidade nisso. O sistema de justiça se comporta sempre como um reflexo do momento político, cultural, institucional ou o que seja. Na ditadura, a Justiça Militar da União era o reflexo do momento difícil que vivíamos no país. Mas coube aos advogados influir para que a Justiça se aproximasse o mais possível do seu ideal. A luta persistente dos advogados brasileiros, que resistiram aos abusos praticados ao longo daqueles anos de chumbo, foi fundamental para a democracia que veio mais tarde.

Como avalia o momento em que o país passa de condenação de um ex-presidente e de cinco oficiais de alta patente por atentarem contra a democracia?

Sinal de maturidade na consolidação da legalidade obtida no processo de redemocratização iniciado em 1985. São 40 anos de amadurecimento, não é pouco tempo.

O senhor defendeu perseguidos na ditadura militar. Acha que o Brasil está reconstruindo a sua história?

Estamos reconstruindo a nossa história desde que lutamos com as armas do direito e a consciência da resistência democrática perante os tribunais do país. A História ainda contará melhor o que os poucos advogados brasileiros, que defenderam os perseguidos políticos, significaram para o processo de resistência democrática ao arbítrio e à prepotência, que eram a regra daqueles tempos.

O senhor atuou em várias causas na Justiça Militar. Na sua opinião, a cassação da patente deve ser interpretada como consequência natural da condenação criminal ou como um julgamento autônomo com critérios próprios?

Arquivo pessoal



"A crença fascista de aumentar a repressão, tornar as penas mais rigorosas e o encarceramento desenfreado e sem critérios justos são uma prática burra que não resolve nada"

Entendo que se trata de uma consequência da condenação criminal, mas submetida às regras da legislação penal militar.

Como equilibrar liberdade de expressão com o combate a notícias falsas e discursos de ódio, sem destruir garantias fundamentais?

Este é o desafio que esperamos seja enfrentado pelo Poder Judiciário. Daí porque é necessário que a Justiça tire a venda e

defenda a liberdade de dizer, sabendo identificar o que são ofensas.

Quais são, hoje, os maiores riscos ao Estado Democrático de Direito no Brasil?

Creio que o exercício da democracia está diretamente ligado ao fortalecimento das bases do Estado de Direito. Quer dizer, um Poder Legislativo sério e confiável. É necessário melhorar a representação parlamentar e essa responsabilidade recai em grande parte nos

partidos políticos que não amadurecem... De igual modo, o Poder Judiciário tem de merecer a confiança da nação e, para tanto, tem de fazer jus a isso! Não temos tido bons exemplos ultimamente. Por fim, o Poder Executivo deve, da mesma forma, merecer a confiança do povo. Infelizmente, nem sempre vimos isso. Em resumo, o Estado Democrático de Direito tem a ver com a seriedade e a confiança nos poderes constituídos! A política está na base disso tudo...

Leia mais na página 3